

Simonsen prevê a liberação do crédito

ESTADO DE SÃO PAULO

05 MAI 1982

Economia - Brasil

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, previu ontem que o próximo passo do governo na política monetária será a redução gradativa dos limites existentes sobre os empréstimos do sistema financeiro. O primeiro passo foi dado com a recente decisão do Conselho Monetário Nacional, ao reduzir o Imposto sobre Operações Financeiras no crédito direto ao consumidor.

A liberação gradativa dos empréstimos, ao contrário do que afirmam frequentemente alguns economistas e até mesmo representantes do governo, não representaria uma ameaça ao controle dos meios de pagamento e, em última análise, à política de combate à inflação. "O que é mais importante na política monetária é o controle da base monetária. A liberação progressiva do crédito evitaria as atuais distorções

de perda de competitividade entre os bancos, sem comprometer os meios de pagamento."

O gradualismo na liberação do crédito, segundo o ex-ministro, seria também uma atitude prudente para evitar que essa medida prejudicasse a colocação de títulos públicos no mercado. Como hoje os bancos desempenham um papel importante na subscrição dos títulos do governo, em parte graças à impossibilidade de emprestar maiores volumes, a extinção, de uma vez, do controle do crédito, poderia dificultar a colocação de títulos.

Simonsen é favorável à liberação progressiva do crédito vinculado ao aumento da captação de recursos externos. Os bancos que captassem maiores volumes de recursos no Exterior teriam autorização para expandir mais suas aplicações inter-

nas, conforme proposta feita pela Fiesp ao governo.

ECONOMIA INTERNA

Simonsen, que veio a São Paulo para a reunião do Conselho de Economia da Federação das Indústrias e para presidir à entrega de prêmios do concurso brasileiro de contabilidade e auditoria, promovido pela Price Waterhouse, evitou criticar a política econômica do governo. Insistiu, porém, que um dos grandes problemas brasileiros são os déficits do orçamento. A solução seria a unificação orçamentária de maneira a colocar efetivamente todas as despesas dentro do orçamento.

As taxas de inflação dos primeiros meses do ano, segundo o ex-ministro, são favoráveis na medida em que indicam uma tendência de queda em bases anuais mas negativas porque, em termos absolutos, são ainda muito elevadas. Ele não quis

prever como será a inflação nos próximos meses: "Se o presidente do Banco Central disse, recentemente, que é dever da política econômica desmentir os futurólogos, não vejo porque deva fazer futurologia".

SITUAÇÃO EXTERNA

Como executivo da Citicorp, uma das maiores organizações financeiras mundiais, o ex-ministro do Planejamento disse que não existe até agora, na guerra entre a Argentina e a Inglaterra, razões suficientes para se temer dificuldades para o Brasil na captação de recursos externos. "Os banqueiros normalmente julgam um país por si mesmo e não pelos problemas de seus vizinhos. Até agora não vejo maiores problemas para o mercado financeiro internacional", afirmou.

O "spread" (taxa de risco) de 2,25% que está sendo pago pelo Brasil, segundo o ex-ministro é um refle-

xo do mercado. Assim não tem sentido afirmar que o País está pagando um "spread" muito alto. O nível dessa taxa, na sua opinião, reflete a relação entre o interesse brasileiro de tomar mais ou menos empréstimos e o interesse dos banqueiros de emprestar um volume maior ou menor.

Caso as condições de mercado permitam hoje uma redução do spread, Simonsen recomenda que se mantenham as taxas nos níveis em que se encontram e que se aumente o ritmo da captação para reforçar o nível das reservas externas. Com a melhora das reservas, o País teria, numa segunda fase, queda natural do spread pelas melhores condições de segurança oferecidas aos credores. Segundo dados do Banco Central, as reservas externas brasileiras caíram de US\$ 7,5 bilhões em dezembro do ano passado para US\$ 7,01 no final de março.